

SUMÁRIO

1

DIREITO PROCESSUAL DA EXPERIMENTAÇÃO 15

Fredie Didier Jr.

Leandro Fernandez

1. Introdução	16
2. A inovação como categoria integrante do regime jurídico de organização e funcionamento do Poder Judiciário	16
3. Experimentação e administração judiciária	19
3.1. Nota introdutória	19
3.2. Experimentos jurídicos de regulação	21
3.3. Experimentos jurídicos administrativos	24
3.4. Experimentos jurídicos processuais	26
4. Núcleos de Justiça 4.0	27
5. Conclusões	29

2

O PAPEL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA CONSTRUÇÃO DO SISTEMA BRASILEIRO DE JUSTIÇA MULTIORTAS 31

Fredie Didier Jr.

Leandro Fernandez

1. Introdução	32
2. Manifestações do sistema de justiça multiportas na jurisdição constitucional	33
2.1. Premissa: interferências recíprocas entre o sistema de justiça multiportas e a jurisdição constitucional	33
2.2. Da justiça multiportas à jurisdição constitucional	35
2.3. Da jurisdição constitucional à justiça multiportas. A jurisdição constitucional na construção do sistema	36

3. Estímulo à autocomposição.....	37
4. Incentivo à utilização de outras portas de acesso à justiça.....	42
5. Condicionantes ao acesso ao Poder Judiciário.....	48
5.1. Exigência de determinado comportamento pelo sujeito interessado na solução do problema jurídico	48
5.2. Condicionantes de natureza econômica.....	54
6. Conclusões.....	55
Referências bibliográficas	58

3

SOLUÇÕES CONSENSUAIS NA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL: A HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	61
--	-----------

Fredie Didier Jr.

Leandro Fernandez

1. Introdução.....	62
2. O processo de homologação judicial de autocomposição extrajudicial no ordenamento jurídico brasileiro	63
2.1. Fundamentos normativos.....	63
2.1.1. Proposta do item	63
2.1.2. Acordo de não persecução cível.....	64
2.1.3. Acordo de não persecução penal e colaboração premiada	64
2.1.4. Reforma Trabalhista	66
2.1.5. Código de Processo Civil.....	67
2.1.6. Juizados Especiais	68
2.1.7. Síntese.....	71
2.2. Função homologatória de autocomposição do Poder Judiciário.....	71
2.3. Aspectos gerais sobre a homologação judicial de acordo extrajudicial.....	74
3. Autocomposição no Supremo Tribunal Federal	76
3.1. Generalidades.....	76
3.2. O Núcleo de Solução Consensual de Conflitos - Nusol.....	78
3.3. Exemplos.....	79
4. Processo de homologação de acordo extrajudicial no Supremo Tribunal Federal.....	86
4.1. Requisitos e procedimento	86
4.2. Controle do acordo	89
4.2.1. Aspectos gerais e peculiaridades dos acordos coletivos.....	89

4.2.2. A questão da homologação parcial.....	94
4.3. Homologação de acordo e fixação de precedente	96
5. Conclusões.....	97
Referências bibliográficas	99

4

O PAPEL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NA CONSTRUÇÃO DO SISTEMA BRASILEIRO DE JUSTIÇA MULTIPORTAS.....

103

Fredie Didier Jr.

Leandro Fernandez

1. Introdução.....	103
2. Interesse de agir	104
3. Deferência judicial	108
4. Arbitragem	112
5. Outros temas	114
6. Conclusões.....	117
Referências bibliográficas	117

5

IMPARCIALIDADE E DEVER DE REVELAÇÃO DO ÁRBITRO NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....

119

Fredie Didier Jr.

Leandro Fernandez

1. Introdução.....	119
2. O Superior Tribunal de Justiça e a arbitragem no Brasil.....	120
3. Imparcialidade.....	122
3.1. Generalidades.....	122
3.2. O dever geral de imparcialidade e a tutela da aparência de imparcialidade	124
4. A imparcialidade na arbitragem.....	127
5. O dever de revelação do árbitro	128
6. Consequências da violação do dever de revelação.....	130
7. Conclusões.....	134
Bibliografia.....	136

6**PROCESSO ESTRUTURAL E JUSTIÇA MULTIORTAS 139***Fredie Didier Jr.**Leandro Fernandez*

1. Introdução.....	140
2. Processos estruturais.....	140
2.1. Problema jurídico estrutural e processo estrutural.....	140
2.2. Solução adequada de problemas jurídicos estruturais.....	142
3. Processo estrutural extrajudicial.....	144
3.1. Generalidades.....	144
3.2. Agências reguladoras.....	144
3.3. Tribunais de Contas.....	146
3.4. Conselho Administrativo de Defesa Econômica.....	148
3.5. Ministério Público.....	150
3.6. Entidades de autorregulação.....	151
3.7. Recuperação extrajudicial.....	152
4. Cooperação judiciária e outros mecanismos de articulação institucional como instrumentos para o aproveitamento de capacidades institucionais em processos estruturais.....	153
4.1. Articulação institucional e cooperação judiciária no sistema brasileiro de justiça multiportas.....	153
4.2. Cooperação judiciária em processos estruturais.....	154
5. Experimentação e design de solução de problemas jurídicos em processos estruturais (judiciais e extrajudiciais).....	156
5.1. Introdução ao design de solução de problemas jurídicos.....	156
5.2. Experimentação jurídica.....	158
5.3. Livre trânsito: trânsito de técnicas e trânsito entre portas para a solução de problemas jurídicos estruturais.....	160
5.4. Algumas variáveis relevantes em processos estruturais.....	161
6. Conclusão.....	162
Referências bibliográficas.....	163

7**PROCESSO COLETIVO, AUTOCOMPOSIÇÃO E DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS: QUESTÕES ATUAIS..... 167***Fredie Didier Jr.**Leandro Fernandez*

1. Introdução.....	168
--------------------	-----

2. Aspectos gerais sobre acordos coletivos envolvendo direitos individuais homogêneos.....	168
3. Cooperação judiciária e acordos coletivos.....	172
4. Controle judicial do acordo coletivo: uma proposta para o Direito brasileiro.....	175
4.1. Generalidades.....	175
4.2. Controle judicial dos acordos coletivos nos Estados Unidos.....	176
4.3. Parâmetros de controle judicial de acordos coletivos envolvendo direitos individuais homogêneos no Brasil.....	180
5. Acordo coletivo, reconhecimento do dever de indenizar o membro do grupo, coisa julgada e ação de liquidação.....	183
6. Autocomposição global e processos coletivos envolvendo juízos com competência absoluta distinta.....	185
7. Conclusões.....	187
Referências bibliográficas.....	188

8

CONTRIBUIÇÕES DA DECISÃO ADMINISTRATIVA COORDENADA PARA O SISTEMA BRASILEIRO DE JUSTIÇA MULTIPORTAS 191

Fredie Didier Jr.

Leandro Fernandez

1. A introdução da figura da decisão administrativa coordenada no ordenamento jurídico brasileiro.....	192
2. A decisão administrativa coordenada no âmbito interno do Poder Judiciário.....	194
2.1. O direito à boa administração da justiça e a decisão administrativa coordenada.....	194
2.2 A decisão administrativa coordenada no contexto dos novos instrumentos de administração judiciária.....	195
2.3. Possibilidade de utilização pelos tribunais de justiça.....	196
2.4. Legitimidade para instauração.....	197
2.5. Decisão administrativa coordenada intersetorial no Poder Judiciário.....	199
2.6. Decisão administrativa coordenada e cooperação judiciária.....	202
2.7. Decisão administrativa coordenada e protocolos institucionais.....	204
2.8. Algumas hipóteses de utilização da decisão administrativa coordenada pelo Poder Judiciário.....	206

3. A decisão coordenada e os entes que desempenham função de tribunal administrativo	207
3.1. O paradigma da articulação administrativa.....	207
3.2. Tribunais administrativos como porta de acesso à justiça	209
3.3. O sistema brasileiro de precedentes administrativos obrigatórios	211
3.4. Formação compartilhada de precedentes administrativos vincu- lantes.....	213
4. Conclusões.....	214
Referências bibliográficas	215

9

JURISDIÇÃO BASEADA EM EVIDÊNCIAS: DIRETRIZES METODOLÓGICAS PARA A ANÁLISE DA PROVA TÉCNICO-CIENTÍFICA A PARTIR DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	217
--	------------

Freddie Didier Jr.

Robson Renault Godinho

Leandro Fernandez

1. Introdução.....	218
2. A regra Frye e a trilogia Daubert	221
2.1. Frye v. United States.....	221
2.2. Daubert v. Merrell Dow Pharmaceuticals, Inc	222
2.3. General Electric Co. v. Joiner	224
2.4. Kumho Tire Co. v. Carmichael.....	226
3. A prova técnico-científica na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	227
3.1. ADI n. 2.396 (amianto).....	227
3.2. STA 175-AgR (judicialização da saúde pública)	227
3.3. RE n. 363.889 (paternidade, coisa julgada e exame de DNA).....	229
3.4. RE n. 627.189 (exposição a campos eletromagnéticos)	232
3.5. ADI n. 4.066 (amianto).....	233
3.6. ADI n. 5.592 (dispersão de agentes químicos por aeronaves).....	234
3.7. ADI n. 6.421 MC (erro grosseiro do agente público)	234
3.8. ADI n. 5.501 (pílula do câncer).....	236
3.9. ADI n. 6.148 (padrões de qualidade do ar).....	237
3.10. RE n. 1.366.243 e RE n. 566.471 (judicialização da saúde pública)...	238
3.11. Conclusões parciais.....	243

4. O art. 479 do Código de Processo Civil e a valoração da prova pericial...	247
5. Dever de busca de esclarecimentos em matérias técnico-científicas.....	249
6. <i>Standards</i> probatórios em matérias técnico-científicas	250
7. Limites ao convencimento motivado em matérias técnico-científicas e jurisdição baseada em evidências.....	252
8. Conclusões.....	255
Referências bibliográficas	257

10

A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO SISTEMA BRASILEIRO DE JUSTIÇA MULTIPORTAS..... 261

Fredie Didier Jr.

Leandro Fernandez

1. Introdução	262
2. Autonomia patrimonial e desconsideração da personalidade jurídica.....	262
3. Desconsideração da personalidade jurídica, despersonalização e responsabilidade direta	263
4. Panorama normativo no ordenamento jurídico brasileiro	265
5. Desconsideração inversa, expansiva e indireta da personalidade jurídica	266
6. Aspectos processuais da desconsideração da personalidade jurídica...	267
7. Desconsideração da personalidade jurídica em processos administrativos.....	271
7.1. Generalidades.....	271
7.2. Infração da ordem econômica. A desconsideração da personalidade jurídica no Conselho Administrativo de Defesa Econômica.....	273
7.3. Atos contra a Administração Pública. A desconsideração da personalidade jurídica e a Lei Anticorrupção (Lei n. 12.846/2013)	273
7.4. A desconsideração da personalidade jurídica em licitações e contratos administrativos.....	274
7.5. Desconsideração da personalidade jurídica em Tribunais de Contas.....	274
8. Desconsideração da personalidade jurídica na arbitragem	276
9. Conclusões.....	278
Referências bibliográficas	279